

-----ATA N.º 5-----

-----Aos um dia do mês de setembro de 2016, pelas 21.00 reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

-----**1.º Ponto** – Discussão e Votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Município de Torres Vedras aprovado para 2016, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, 12/09, na sua atual redação;-----

-----**2.º Ponto** – Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da lei 8/2012 de 21/02 – Contratação de empréstimo de longo prazo, para financiamento da obra de requalificação do Parque Municipal de Santa Cruz – 1.ª fase, até ao montante de €300.000,00 – Cláusulas contratuais.-----

-----**3.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da lei 8/2012 de 21/02 – Contratação de empréstimo de longo prazo, para financiamento da obra de construção do centro escolar do Turcifal até ao montante de €1.100.000,00 – Cláusulas contratuais.-----

-----**4.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21/02 – Aquisição de serviços de locação financeira para aquisição de 2 viaturas de RSU, com Transformação incluída –Área de Gestão de Resíduos Urbanos;-----

-----**5.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da lei 8/2012 de 21/02 – Empreitada de reabilitação de Edifício para a Loja do Cidadão de Torres Vedras;-----

-----**6.º Ponto** - Conceder autorização de repartição de encargos, tendo presente a competência prevista no n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei 197/99 de 08/06 – Empreitada para construção da Escola Básica de São Pedro da Cadeira; -----

-----**7.º Ponto** – Tomar conhecimento da minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros, a celebrar com a Comunidade Intermunicipal do Oeste;-----

-----**8.º Ponto** – Tomar conhecimento do contrato interadministrativo para a execução do projeto de Proteção Costeira de Santa Cruz Sul celebrado entre a Agência Portuguesa do Ambiente, IP e o Município de Torres Vedras;-----

-----**9.º Ponto** – Autorizar a Câmara Municipal a onerar o direito de superfície a favor do centro de Cultura e Desporto Clube de Futebol “os Paulenses”, que incide sobre prédio urbano, tendo presente a competência prevista na alínea i) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12/09, na sua atual redação.-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa António Fortunato começou por informar que o Sr. Presidente da Assembleia, pediu a substituição porque ainda se encontra em convalescença, pelo que iria presidir a sessão e chamou para completar a mesa o membro Francisco Branco da Silva.-----

-----A Mesa da Assembleia Municipal ficou assim constituída: Presidente: António Fernando Alves Fortunato, Secretários: Mara Isabel Batista Eleutério e Francisco Branco da Silva.-----

-----Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----José Augusto Clemente de Carvalho, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Susana Maria Ribeiro das Neves, Jacinto António Franco Leandro, Marco Henriques Claudino, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Rui José Prudêncio, António João Leal da Costa Bastos, Francisco João da Fonseca Inácio, Ana Isabel Marques Fiéis, José António do Vale Paulos, Joaquim Manuel Oliveira Gomes, António Martins Moreira, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Maria Leonor Marques Marinheiro, Vítor José dos Santos Fernandes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, Renata Filipa Santos Nunes Simões, João Alexandre Pires Bernardes, Paulo Dinis Faustino Valentim, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria do Carmo Caldeira dos Santos Ferreira, Hélio Batista Gomes, Carlos Manuel dos Santos Terêncio, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, António Filipe Narciso dos Santos, Luis Miguel Antunes Batista, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luis, José Manuel Cristóvão, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Artur Alexandre Santos Narciso e Maria Manuela Hortas Silva Pacheco.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores Laura Maria Jesus Rodrigues, Hugo Miguel Fernandes Martins, Bruno Miguel Félix Ferreira, Luís Filipe Barbosa Aniceto. -----

-----Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----De seguida leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

-----Anota-se que foram numerados quatro documentos que a seguir se indicam: -----

DOCUMENTO 1:-----

-----Presente ofício número 7092 de 2/08/2016 da Direção Geral do Património Cultural, em resposta à moção sobre o Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior, remetida pela Assembleia Municipal onde informa que o imóvel não se encontra classificado, em vias de classificação ou abrangido por servidão administrativa do âmbito do património cultural, e a DGPC não tem competências quanto à sua proteção e salvaguarda.-----

DOCUMENTO 2:-----

-----Presente ofício número 19106042-007 da Infraestruturas de Portugal, de 18/07/2016, em resposta à moção de protesto e indignação sobre a EN9, remetida por esta Assembleia onde informa

que os trabalhos referentes a ceifas e limpezas serão incluído na nova campanha a realizar a médio prazo, apesar de já terem sido efetuados na primeira campanha executada este ano e que o projeto para a requalificação do lanço EN9 – Torres Vedras (Km 68,000) e entroncamento com a EN115, em Merceana (km 82,620) está concluído, estando prevista a data do seu lançamento para 2019.-----

DOCUMENTO 3:-----

-----Presente carta de António Martins Moreira, de 28 de junho a remeter petição para a construção de um novo Hospital em Torres Vedras para apreciação deste órgão.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA DO ART.º 78 DA LEI 169/99 de 18.09 NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 4:-----

-----Presente mail de Claudia Sofia Horta Ferreira, de 29 de agosto, a informar que estará ausente por motivo de férias de 30 de agosto a 2 de setembro pelo que não poderá estar presente e solicita a sua substituição.-----

-----Foi convocado e encontrava-se presente Maria Manuela Pacheco.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* informou que em substituição de Alberto Avelino encontrava-se presente Artur Narciso e ao abrigo da alínea do c) do n.º 1 do art.º 78 da Lei 75/2013 de 12.09, na sua atual redação, Maria do Carmo Caldeira dos Santos Ferreira substituiu o Presidente de Junta da Freiria, Pedro Germano.-----

-----A Assembleia tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

RESPOSTA DA DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL:-----

-----Tendo presente a resposta desta entidade à posição da Assembleia Municipal relativamente ao estado do Hospital José Maria Antunes, o *Sr. José Augusto de Carvalho* questionou a que mais entidades foi dirigida a moção.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* informou que à data só tinham recebido resposta da DGPC, mas tinha sido enviada para mais entidades, informação que lhe seria disponibilizada pelo serviço de apoio.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PETIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO HOSPITAL EM TORRES VEDRAS:-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho*, no propósito de tentarem perceber com alguma clareza a problemática em apreço e à guisa de preparação para o oportuno debate da matéria, sugeriu que a mesa diligenciasse no sentido de saber, a nível nacional, que outros centros hospitalares do país têm esta configuração de mais do que um pólo.-----

-----O *Sr. António Moreira*, deu nota que elaborou esta petição para construir um hospital em Torres Vedras pois não entende a razão de os torrienses terem que ir a Caldas da Rainha para terem os bebés. -----

-----Deu nota ainda que entregou a petição ao Presidente da Câmara Municipal, Assembleia da

República e Primeiro Ministro já tendo recebido a resposta que irá ser debatida quando for oportuno.-----

----A sua motivação foi o facto de Torres Vedras não ter várias consultas de especialidade, o que acha vergonhoso e uma desconsideração para todos os torrienses e a população aderiu em massa a este objetivo.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

VOTO DE PESAR – AUGUSTO ANICETO:-----

----O líder da bancada do PS, *Sr. José Augusto de Carvalho*, pediu a palavra para apresentar o voto de pesar que se transcreve na íntegra.-----

----“No passado dia 18 de agosto faleceu Augusto de Oliveira Aniceto que foi membro da Assembleia Municipal de Torres Vedras enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Maxial.-----

----Em jovem, foi desportista, guindando-se então a campeão nacional de salto em altura no âmbito das provas da então FNAT.-----

----Em termos profissionais foi eletricista na Casa Hipólito e, mais tarde, mediador de seguros.-----

----No empenhamento cívico que caracterizou a sua vida, trabalhou desinteressada e incansavelmente pela comunidade em que sempre se sentiu integrado: pertenceu aos corpos sociais da Sociedade Filarmónica Incrível Aldeia-grandense, Casa do Povo de Maxial, Secção de Maxial dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras e Associação Humanitária de Maxial.-----

----No seu manifesto humanismo e espírito de solidariedade foi um estimado membro do Partido Socialista, tendo, nessa qualidade, sido eleito para as suas funções autárquicas de Tesoureiro e posteriormente Presidente da Junta da sua freguesia, mandatos que exerceu entre 1990 e 2006.-----

----Foi agraciado com a medalha de mérito grau do município de Torres Vedras.-----

----Sempre cultivou os valores da Família como marido, pai e avô.-----

----Perante os seus concidadãos sempre se evidenciou cordato e afável.-----

----Tinha, a justo título, um amigo em cada pessoa com quem se relacionava.-----

----Pelas suas qualidades humanas, pelos seus valores cívicos e pela sua dedicação à causa pública, Augusto Aniceto personificou o que de mais nobre tem caracterizado a nossa vivência democrática.-

----Neste sentido, a Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida, nesta data em sessão extraordinária, manifesta profundo pesar pelo falecimento do seu antigo membro Augusto de Oliveira Aniceto, dirigindo sentidas condolências à sua família, com especial sentimento ao nosso colega Nelson Laureano Oliveira Aniceto.”-----

----O *Sr. Luís Carlos Lopes* em seu nome e da bancada do PSD, associou-se ao voto de pesar ao Sr. Augusto Aniceto, pessoa que conhecia para além da vida autárquica, já que a família, simpática e afável, foi vizinha de seus avós.-----

----Expressou à sua família os votos sentidos de condolências.-----

-----O membro *Nelson Aniceto* agradeceu em seu nome e em nome da sua família a todos os elementos do Executivo e colegas da Assembleia que estiveram presentes nesta hora de dor e que acompanharam o funeral e também a todos aqueles que não podendo estar presentes, manifestaram interesse pelo seu estado de saúde, apoio no momento do seu falecimento e palavras de encorajamento.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara Municipal* comungou com todas as forças partidárias da Assembleia Municipal, o voto de pesar ao Augusto Aniceto, uma pessoa que todos estimavam.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade mandar lavrar em voto de pesar em título.--

FEIRA DE S. PEDRO 2016:-----

-----A *Sra. Susana Neves* interveio no sentido de proferir algumas palavras de louvor e satisfação ao êxito como decorreu mais uma edição da Feira de S. Pedro.-----

-----Passados 723 anos, desde que em 1293 D. Dinis teve a brilhante ideia de iniciar a feira, esta continua a afirmar-se como uma das maiores feiras generalistas em Portugal e com impacto macroeconómico a refletir, a servir de interesse para futura investigação.-----

-----Destacou o aumento do número de visitantes, que se em 2014 se falava em 223.500 mil, 2015 teve 10% de aumento e igual aumento percentual este ano. -----

-----Destacou também a nesta edição a 1.º edição da iniciativa “Vinho e Linhas” espaço dedicada aos vinhos de região de Lisboa, a exposição “40 Anos de Poder Local Democrático”- Fotobiografia de Torres Vedras 1979-2016” e ainda as excelentes melhoradas infraestruturas com pavimento das áreas de animação, melhores condições da área de restauração, melhor enquadramento das Tasquinhas e sem dúvida a continua aposta na imagem dos expositores.-----

-----Trata-se de uma Feira de S. Pedro de 2016 renovada e futurista para continuar.-----

---O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu as palavras do membro, realçando o trabalho desenvolvido pela Promotorres na organização do evento e pelos empresários que tiveram oportunidade de participar-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRAIA DE SANTA RITA:-----

-----O *Sr. João Bernardes* disse que na praia em título, nas arribas que a separam da praia de Porto Novo existem umas “barracas”. As concessões e os bares existentes enquadram-se perfeitamente no ambiente e depois têm estas “barracas”.-----

-----Não sabe qual o objetivo das mesmas, mas não lhe parece que podem de maneira nenhuma servir os interesses do turismo, pelo que solicita esclarecimentos.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que estas barracas são utilizadas por algumas famílias de pescadores, mas estão referenciadas no POOC e espera uma solução breve para as mesmas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SANTA CRUZ – INICIATIVAS DA CMTV:-----

-----O *Sr. Artur Narciso* começou por endereçar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara por se tornar embaixador da comunidade “Destinos Verdes”.-----

-----Salientou o trabalho meritório que tem sido feito na nossa costa e pelo apoio que a Câmara tem prestado aos particulares.-----

-----Salientou ainda o projeto “Santa Cruz 365” que é uma excelente iniciativa e que permite uma ancoragem de turistas durante todo o ano.-----

-----Deu os parabéns à Câmara Municipal pela “Onda de Verão” destacando mais uma edição do “Ocean Spirit” que foi um sucesso extraordinário.-----

-----Como a autarquia não esquece o restante concelho deu nota das “Noites no Parque” que este ano tiveram lugar no Choupal e do Troféu Joaquim Agostinho que também correu muito bem.-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* registou com agrado a dinamização que foi feita pela Câmara Municipal no Verão em Santa Cruz, caminho que se está a começar a trilhar depois de algum tempo sem estas dinâmicas, mas ainda estão muito no início.-----

-----Assim disse que era importante que se conseguisse arranjar algum tipo de dinamização para todo o ano, o que não vai ser alcançado só com o “Santa Cruz 365”. Seria importante repor a circulação automóvel no período de Inverno nalgumas artérias, com vista a essa dinamização.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu as palavras do membro Artur Narciso, pelo trabalho que estão a desenvolver, com a realização de uma série de eventos, que são fundamentais para equilibrar o interior, cidade e litoral e ser, com a ajuda de um conjunto de parceiros, uma referência a nível nacional nesta vertente.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

VARIANTE DE A-DOS-CUNHADOS:-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* questionou se houve alterações ao projeto nos últimos tempos e quais.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o projeto inicial previa a construção de duas faixas de rodagem para cada lado, mas face às contingências orçamentais foi alterado e vão avançar só com uma faixa, tornando-o mais ajustado à realidade.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* relativamente às duas faixas que estavam previstas lembrou que na altura que era Vereador o impedimento prendia-se com um cidadão que não queria negociar, pelo que ficou confuso com justificação que a alteração tem a ver com questões orçamentais, questionando o que mudou entretanto neste assunto.-----

-----De novo no uso da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* confirmou que havia esse problema com um proprietário, com o qual já reuniu três vezes. Reduziram para uma faixa para cada lado e nessa sequência fizeram na sua propriedade uma retificação. Não é o ideal mas é o possível e foi

validado do ponto de vista técnico.-----

-----Deu nota ainda que teve hoje conhecimento que a Agência Portuguesa do Ambiente aprovou a implementação da ponte integrada na variante, que teve que ser desviada em função do novo traçado.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PLANO DE MOBILIDADE:-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* deu nota que o Plano de Mobilidade da Cidade de Torres Vedras não está a resultar. Verificam-se os mesmos constrangimentos de estacionamento que existiam antes do plano entrar em vigor.-----

-----Assim gostaria que o edil fizesse o ponto de situação já que se trata de um problema que afeta de sobremaneira os torrienses e se estão previstos alguns ajustes.-----

-----O *Sr. Marco Claudino* interveio para referir que é com agrado que vê que algumas das sugestões do PSD estão a ser implementadas, designadamente o asfaltamento de alguns parques de estacionamento.-----

-----Recordou que à época foi dito que não era possível porque alguns dos terrenos não eram propriedade do município, questionando o que mudou e se compraram os terrenos.-----

-----Face à isenção que foi feita quanto ao estacionamento do mercado municipal aos feriados e domingos, solicitou alguma flexibilidade para que haja isenção de pagamento em alguns períodos da semana.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* frisou que estão a trabalhar em função do planeamento e das possibilidades para resolver um conjunto de problemas de tipologia. O espaço de estacionamento nos antigos lavadouros, era uma parte municipal, outra de um privado, com o qual chegaram a acordo. Junto à PSP também é privado e este investimento foi feito após negociação com o proprietário uma vez que não há perspetivas de haver qualquer tipologia de edificação nos próximos anos.-----

-----Foi dentro deste modelo de negociação que entenderam dar melhor qualidade aos espaços de estacionamento livre na cidade.-----

-----No que se refere à isenção do pagamento do estacionamento do parque subterrâneo do Mercado Municipal em função da proposta do Conselho de Administração da Promotorres entenderam que havia condições financeiras para poder ser grátis aos domingos e feriados.-----

-----Quanto à questão da 1.ª hora livre, lembrou que hoje se os comerciantes quiserem a 1.ª hora é livre, já que pagam 15 cêntimos e os utentes têm uma hora livre. No entanto lembrou que do ponto de vista financeiro esta primeira hora tem o seu peso, já que existem um conjunto de despesas fixas que têm que colmatar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FESTAS DE S. PEDRO DA CADEIRA:-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira, *Sr. Carlos Gomes* interveio no sentido de agradecer à população da freguesia que muito honraram a quem os visitou pela maneira simples e humilde que os souberam receber-----

-----Agradeceu também ao Sr. Presidente da Câmara e à sua equipa e os que os visitaram, cuja presença ainda honrou mais os festejos.-----

-----O *Sr. Marco Claudino* realçou o êxito dos dois anos de festa de S. Pedro da Cadeira, associando-se às palavras de congratulação do autarca.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* registou uma palavra de apreço ao autarca de S. Pedro da Cadeira Carlos Gomes pelas suas palavras mas também pelo trabalho que desenvolveu para acolher esta festa que se realiza de 17 em 17 anos. -----

-----Assim deixou ao autarca, sua equipa e comissão de festas que organizaram a edição das Festas da Nazaré 2015/2016 o seu apreço, assim como ao Padre Alexandre, que está de partida, pelo seu trabalho nos festejos e enquanto sacerdote da freguesia-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EN9 - RESPOSTA DA INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL SA À MOÇÃO DE PROTESTO E INDIGNAÇÃO APROVADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----O membro *Vale Paulos* referiu-se ao ofício lido na correspondência sobre a EN9 para se mostrar surpreso com a mesma e dizer que não entendeu o seu conteúdo.-----

-----Lembrou que esta estrada já foi alvo de várias intervenções, mas neste troço “Torres Vedras KM (68,00) e entroncamento com a EN115 em Merceana (Km 82,620)” inexplicavelmente não se percebe a razão de não terem reparado este pavimento.-----

-----Colocaram sinalização a informar que o piso está em mau estado mas interroga-se se vão poder continuar assim por mais quatro anos já que projetam a sua requalificação para 2019, questionando se o edil já tinha mais informações, uma vez que tem tido reuniões com o Secretário de Estado.-----

-----Lamentou que a IP,SA manifeste uma vez mais que não tem conhecimento rigoroso do terreno.-

-----O autarca da União de Freguesias da Carvoeira e Carmões, *Sr. José Manuel Cristóvão* assinalou que foi um dos subscritores da moção em causa porque a freguesia que preside é a que sofre mais.-----

-----Deu nota ainda que já fizeram reclamações por mail e tem conhecimento que o assunto está a ser tratado junto da Secretaria de Estado pelo edil pelo que gostaria de saber o ponto de situação. As placas estão cheias de caniços sendo perigosa a circulação até Torres Vedras.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez notar que já tinha informado a Assembleia Municipal que o que está programado para esta via é para 2019 e estão a negociar no sentido de antecipar esse investimento entre Torres Vedras e Merceana. Tem indicações que até ao final do mês de setembro

terá notícias que esperas boas, mas se não forem terão de enveredar por outras medidas. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TORRIENSE – CAMPO DE RELVA SINTÉTICA:-----

-----O *Sr. Marco Claudino* questionou se está previsto a construção de campo sintético no Torriense. Não há relvados sintéticos na cidade e lembrou que este clube vai comemorar 100 anos no próximo dia 1 de maio-----

-----Pensa que era uma expectativa deste clube e crê que inicialmente estavam previstos dois campos para a cidade-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* anotou que fizeram o percurso de instalar relva sintética por todo o concelho e estão a estudar a possibilidade fechar o ciclo com o SCUT, que tem todas as camadas de formação espalhadas por vários pontos do território. Estão a estudar a questão do ponto de vista financeiro e pensa que no próximo orçamento terão folga para conseguir lá chegar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TRIBUNAL DE TRABALHO DE TORRES VEDRAS/INSTALAÇÕES:-----

-----O *Sr. Marco Claudino* inquiriu se há novidade sobre este assunto, já que as últimas informações que têm são do anterior Presidente da Câmara de há nove meses atrás, e que se relacionavam com locais sugeridos ao governo pela Câmara Municipal como adequados para o efeito. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que está no Instituto de Gestão Financeira para dar o aval ao arrendamento do espaço do antigo “BNU”, após o que está convicto que o Tribunal de Trabalho irá regressar a Torres Vedras-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras.-----

AMIANTO – ESCOLAS DO CONCELHO:-----

-----O *Sr. Marco Claudino* disse que houve escolas do concelho que foram requalificadas e onde foi tirado o amianto mas ainda existe em quatro escolas, e pretende-se que a autarquia intervenha rapidamente para o remover o mais rapidamente possível (Ramalhal, S. Pedro da Cadeira, Matações e cidade).-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez notar que sempre viu PSD como um partido responsável, mas julga ser precipitado estar a colocar esta questão do amianto na agenda. -----

-----Informou que tem havido diálogo com todas as escolas, onde há coberturas com amianto. As monitorizações estão acordadas com as escolas e o pior que pode ser feito é remover o amianto à pressa, já que é um processo complexo que requer uma técnica adequada.-----

-----Acha que não é correto criar estes momentos políticos de alarmismo junto da comunidade educativa, uma vez que a metodologia está encontrada, falta só a parte regulamentar. Vai haver um programa a nível nacional de remoção de coberturas com amianto e quando as candidaturas forem abertas, Torres Vedras irá candidatar estes equipamentos que foram identificados na área do

município.-----

----O *Sr. Marco Claudino* respondeu que não há alarmismo por parte do PSD pois todos os partidos questionaram, exigindo que o amianto seja removido. Não há questões partidárias nem alarmistas. Há muito tempo que questionaram sobre esta questão pois entendem que de acordo com o que são as condições de segurança, o amianto deve ser removido.-----

----Lembrou que a EB1 da Conquinha foi há pouco tempo requalificada e não havia razões para que o amianto não tivesse sido removido durante essa obras.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESPAÇOS DO CIDADÃO:-----

----Relativamente à abertura de espaços do cidadão nas freguesias o autarca da Carvoeira e Carmões, *Sr. José Manuel Cristovão* disse que têm o espaço feito e gostaria de saber para quando serão instalados, uma vez que já passou um ano desde que iniciaram este processo.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que irá ter lugar na próxima 2.^a feira reunião na Agência de Modernização Administrativa, para colocarem algumas questões. -----

----Mais informou que a empreitada para a Loja do Cidadão foi adjudicada recentemente e irá entrar em obra e que nesta 1.^a fase, num processo, integrado serão instalados 5 espaços nas freguesias mais a Loja do Cidadão. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARVOEIRA E CARMÕES:-----

----O Autarca da freguesia em título, *Sr. José Manuel Cristovão* deu nota que a população da sua freguesia está muito envelhecida, alertando para a necessidade de se pensar em recuperar os edifícios antigos e degradados existentes nas aldeias, tal como se está a fazer na zona do Castelo na cidade de Torres Vedras.-----

----Relativamente ao envelhecimento das freguesias o *Sr. Presidente da Câmara* lembrou o autarca que a Carvoeira foi a primeira freguesia do concelho a ter um novo centro educativo com o objetivo de fixar os jovens na freguesia.-----

----Lembrou ainda que agora estão munidos de um instrumento, o novo regulamento de taxas que ajudará na construção dos edifícios dos privados, melhorando as condições no sentido de atrair pessoas ao território, mas não se podem esquecer que cerca de 500 mil jovens saíram do país.-----

----Aproveitou ainda para dar nota neste ano letivo têm menos 162 alunos no 1.º ciclo, cerca de 6 turmas a menos a nível do concelho e têm que olhar para estes números, que são preocupantes. Certamente que terão que pensar noutros modelos, pois esta é a realidade demográfica do país, que é transversal ao município.-----

----Aproveitando a intervenção do autarca da Carvoeira o *Sr. José Augusto de Carvalho*, tendo presente o principio de coesão territorial, sugeriu que a Câmara em conjunto com as juntas de

freguesia, com um trabalho sério e ponderado elaborassem um plano estratégico para recuperação da atratividade das freguesias do interior.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROPOSTA DO PSD – REUNIÕES PÚBLICAS DO EXECUTIVO DESCENTRALIZADAS A PARTIR DAS 21.00H:-----

-----O *Sr. Marco Claudino* disse não perceber a razão da proposta em título feita pelos vereadores do PSD na última reunião pública da Câmara, não ter sido aceite pelo Executivo Socialista.-----

-----Apelidar a proposta de não séria, choca-o e o argumento utilizado também lhe parece inqualificável, já que não está provado que à noite haja maior participação.-----

-----Lamentou que quando não se consegue fazer argumentação normal, usa-se todo o tipo de argumento.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* quanto ao modelo de funcionamento das reuniões do Executivo disse que devem trabalhar a situação com seriedade. A descentralização foi proposta do PS pela proximidade que oferece ao cidadão e só depois de estar concluído este ciclo é que farão um balanço não fazendo sentido alterar o modelo a meio. -----

-----Quanto à alusão á falta de seriedade, esclareceu que se deveu ao modelo da proposta e à forma como foi trabalhada, quando para se falar desta matéria se invoca a constituição portuguesa.-----

-----Reforçou que depois de passarem pelas 13 freguesias irão avaliar o resultado e se tiveram capacidade de resposta em tempo útil, tendo presente que é necessário a disponibilidade de toda uma equipa. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

JARDIM DE INFÂNCIA DA EREIRA:-----

-----O Presidente da União de Freguesias do Maxial e Monte Redondo, *Sr. Celso Carvalho* tomou a palavra para agradecer à Vereadora Laura Rodrigues e sua equipa pelo esforço feito para a reabertura da JI da Ereira, já que ao dia de hoje há 99% de hipóteses para que aconteça.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Iniciou-se o Período da Ordem do dia.-----

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPCÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS APROVADO PARA 2016, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013, 12/09, NA SUA ATUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente ofício número 7559 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de agosto de 2016, a remeter os documentos em título, de acordo com o deliberado pelo Executivo em 23.08.2016.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara Municipal* informou que estão a entrar num novo ciclo em termos de fundos comunitários no âmbito do Portugal 2020 e face a um conjunto de contratos programa que

foram assinados chegou a hora de fazer o enquadramento a nível do Orçamento e Grandes Opções do Plano.-----

----Agradeceu à equipa técnica que fez um trabalho muito intenso, que lhes dará garantias de iniciar os procedimentos de cada uma das ações para cumprir os compromissos contratuais assumidos.-----

----Esta revisão também tem a ver com os prazos a cumprir para a assinatura dos contratos programa pelo que também agradeceu a disponibilidade da Assembleia para a realização desta sessão extraordinária, já que trata-se de um conjunto de investimentos importantes para o município de Torres Vedras.-----

----O líder da bancada do PSD, **Sr. Luis Carlos Lopes**, declarou que o edil não precisa de agradecer e seja qual for a altura estarão sempre presentes, pois foram eleitos para servir o concelho.-----

----Relativamente à revisão disse que não lhes oferece qualquer dúvida quanto ao sentido de voto. --

----No entanto suscitou-lhe dúvidas “criar e dotar a rubrica para abono para falhas na DCPCT para pagamento de retroativos a funcionária” pois dá ideia que é uma falha de um funcionário e não dos serviços e solicitou esclarecimentos.-----

----Também ficou curioso e impressionado por verificar que a revisão contempla a criação de projeto para requalificação do Ex-Karting questionando o que está planeado.-----

----O líder do Grupo Municipal do PS, **Sr. José Augusto de Carvalho** disse esta revisão lhe suscita que o Executivo tem estado atento e tem sido eficaz no aproveitamento das oportunidades dos fundos comunitários, saudando o edil por isso.-----

----É gratificante verificarem participações ao nível dos 85%, mas expressa um voto de optimismo e crença no futuro de que esta eficácia na gestão das oportunidades de financiamento possa redundar numa sobra de recursos para ações não tão emblemáticas mas igualmente relevantes na perspetiva da equidade territorial e social e da coesão territorial e social.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por explicar que existe uma rubrica própria para o abono para falhas.-----

----Quanto à reabilitação ex-karting informou que abriu uma candidatura que encerra no dia 15 de setembro para a recuperação de espaços inseridos na Rede Natura 2000, na vertente da conservação.-----

----Este espaço tem 21 hectares e o projeto visa a sua recuperação do ponto de vista paisagístico e que em função disso que possa ser visitável como espaço de lazer em Santa Cruz de referência. Mais informou que os edifícios existentes, não podem entrar nesta candidatura mas poderão ser aproveitados para educação ambiental e espólio museológico.-----

----O **Sr. João Bastos** manifestou o seu agrado com esta informação. Já várias vezes tinha questionado a razão deste espaço não ter sido arborizado, tendo a resposta sido que já tinham plantado árvores, mas passa no local todos os dias e vê que não foram.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que após a intempérie de dezembro de 2009 foram plantadas árvores no Ex-Karting e no Pinhal dos Casalinhos. No Pinhal estão a crescer, mas as do Ex-Karting viradas para o Parque de Campismo não vingaram. Nas traseiras do edifício de restauração do ex- karting sobreviveram cerca de 50.-----

-----Têm vindo a fazer ações de recuperação das infestantes do espaço, que não permitiram a arborização e irão começar de uma forma integrada a fazer plantações.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o assunto em discussão.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade, a 3.ª Revisão ao Orçamento e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Município de Torres Vedras aprovado para 2016.-----

-----Encontrava-se ausente Francisco João Pacheco Martins.-----

PONTO 2 – CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21/02 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, PARA FINANCIAMENTO DA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE SANTA CRUZ – 1.ª FASE, ATÉ AO MONTANTE DE €300.00000 – CLÁUSULAS CONTRATUAIS.-----

-----Presente ofício número 7553 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 24 de agosto a remeter o processo, visando a assunção do compromisso plurianual para o empréstimo em título, junto do BPI, com a taxa indexada a Euribor a 12 meses acrescida de um spread de 0,85% e prestações trimestrais, postecipadas, sucessivas e constantes de capital.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que os pontos 2,3,4,5 e 6 são similares e referem-se a autorizar encargos plurianuais, no sentido de dar andamento a todos estes processos.-----

-----O *Sr. Marco Claudino*, tendo presente que estão a autorizar a 1.º fase questionou para quando está prevista a 2.ª fase da requalificação do Parque Municipal de Santa Cruz.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que vão trabalha-la no próximo orçamento.-----

-----O *Sr. Marco Claudino* disse que viu no Boletim do PS para Silveira, um projeto que crê ser este, onde era assumido o compromisso para este mandato de requalificação. Questionou se esse projeto contempla toda a requalificação ou se a 2.ª fase é mais do que isso.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que, ao que sabe, o que consta no Boletim da Junta de Freguesia da Silveira é uma “ideia” e vai uma grande distância ter “ideia” e ter projeto. -----

-----Mais informou que a Câmara Municipal tem um projecto de requalificação deste espaço que estão ultimar e que contempla a realocização do polidesportivo e construção de um Skate Park, para além de parque infantil e todo o restante espaço verde e de lazer, que irá ser efetuado por fases.-----

-----Em função do faseamento, e após esta aprovação da Assembleia irão avançar com os concursos.

Nesta fase, e em termos de investimento, não irão conseguir fazer a cobertura do polidesportivo e não sabe se irão chegar ao Skate Park.-----

-----Não se registaram mais intervenções passando de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21/02 – contratação de empréstimo de longo prazo, junto do banco BPI, para financiamento da obra de requalificação do Parque Municipal de Santa Cruz – 1.ª fase, até ao montante de €300.000,00 – cláusulas contratuais.-----

-----Encontrava-se ausente Francisco João Pacheco Martins.-----

PONTO 3 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21/02 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, PARA FINANCIAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DO TURCIFAL ATÉ AO MONTANTE DE €1.100.000,00 – CLÁUSULAS CONTRATUAIS:-----

-----Presente ofício número 7552 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 24 de agosto a remeter o processo, visando a assunção do compromisso plurianual para o empréstimo em título, junto do BPI, com a taxa indexada a Euribor a 12 meses acrescida de um spread de 0,85% e prestações trimestrais, postecipadas, sucessivas e constantes de capital.-----

-----O *Sr. Marco Claudino* pronunciou-se sobre este ponto para lembrar que em outubro do ano findo o Presidente Carlos Miguel disse que não faziam empréstimos até haver reprogramação do Portugal 2020, pois tinha essa expectativa, questionando se já tinha informações sobre isso.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que quando houver reprogramação o município estará presente e poderão libertar o valor deste empréstimo para outros projetos. Pensam que até 2020 terão a Carta Educativa fechada em termos de centros educativos e estão a fazer um esforço significativo para cumprir esse compromisso que assumiu faz hoje 9 meses.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que se votou de imediato.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21/02 – contratação de empréstimo de longo prazo, junto do BPI, para financiamento da obra de construção do Centro Escolar do Turcifal até ao montante de €1.100.000,00 – cláusulas contratuais.-----

-----Nota-se que se encontrava ausente Francisco João Pacheco Martins.-----

PONTO 4 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21/02 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE 2 VIATURAS DE RSU, COM TRANSFORMAÇÃO INCLUÍDA –ÁREA

DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS:-----

-----Presente ofício número 7557 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de Agosto, a remeter o processo para a autorização em título decorrente do contrato, tendo presente a informação n.º 19 datada de 15/08/2016 da Divisão Financeira, que informa o seguinte:-----

-----“ No Relatório Final do processo de concurso em assunto, elaborado em 18 de fevereiro de 2016, o júri propõe a adjudicação ao concorrente banco Santander Totta, SA, pelo valor global de 241.233,52€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, distribuídos da seguinte forma: 2016 – 72.727,92€; 2017 – 96.970,56€; 2018 – 96.970,56€ e 2019 – 30.048,24€.-----

-----A Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 25/11/2015 delegou no Sr. Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/2, na sua atual redação, competência para a assunção de compromissos plurianuais, quando: a) O valor do compromisso plurianual seja inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do art.º 22 do DL n.º 197/99, de 08/06, b) Sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21/02, na atual redação e no DL n.º 127/12, de 21/06, e c) Cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

-----Era entendimento dos serviços deste município que, esta delegação operava quando os compromissos plurianuais não excedessem o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos. Com base neste pressuposto, o Sr. Presidente autorizou o compromisso plurianual, do contrato em análise, por despacho de 18/2/2016, aposto no Relatório Final.-----

-----No entanto é entendimento do Tribunal de Contas que a delegação prevista no n.º 3 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 só é possível quando o compromisso plurianual (valor total para anos seguinte) seja inferior a 99.759,58€.”-----

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21/02 – aquisição de serviços de locação financeira para aquisição de 2 viaturas de RSU, com transformação incluída – Área de Gestão de Resíduos Urbanos, pelo valor global de 241.233,52€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, distribuídos da seguinte forma: 2016 – 72.727,92€; 2017 – 96.970,56€; 2018 – 96.970,56€ e 2019 – 30.048,24€.-----

-----Anota-se que se encontrava ausente Francisco João Pacheco Martins.-----

PONTO 5 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21/02 – EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA A LOJA DO CIDADÃO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 7556 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 24 de agosto a remeter

o processo em título visando a autorização da assunção do compromisso plurianual, nos seguintes termos: 2016 - €38.119,67+IVA e 2017 - 311.019,16+IVA.-----

-----O **Sr. João Bastos** aproveitou este assunto para se referir às atuais condições da Conservatória do Registo Civil que são péssimas e não dignificam a cidade. O acesso é feito através de um túnel com uma escada estreita, degraus altos e as pessoas com mobilidade reduzida têm que dar a volta pelo centro comercial e apanhar o elevador. Também não percebe como Torres Vedras tem uma Conservatória com espaço interior reservada ao público com aquelas condições.-----

-----Assim, apraz-lhe registar que finalmente se vai fazer uma obra para Loja do Cidadão e o PSD vai votar favoravelmente este ponto.-----

-----Aproveitou para fazer um pequeno historial desta loja que originalmente era junto ao mercado municipal e para a qual foi feito um estudo conjunto em que a Câmara Municipal teria três lotes na Rua 1.º Dezembro que seriam vendidos para financiar a operação e no negócio o comprador comprometia-se a disponibilizar o espaço para a loja do cidadão e espaço para estacionamento. Não correu bem e a firma construtora entrou em solvência.-----

-----Nesta sequência questionou se no contrato não estava prevista esta eventualidade da falência, se o terreno ficou na posse do empreiteiro, não ficando salvaguardada a reversão para a Câmara Municipal em caso de incumprimento e como foi feita transição para a 2.ª firma construtora, que por sua vez, tudo leva a crer que não consegue construir a obra.-----

-----Solicitou esclarecimentos de como foi salvaguardado o interesse público do terreno junto ao mercado e quais vão ser os próximos desenvolvimentos.-----

-----Inquiriu ainda quanto mais tempo vão ficar com um “estaleiro” junto ao mercado e se se mantém o espaço que seria do município e qual vai ser o seu destino.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que o histórico evocado pelo membro corresponde à realidade assegurando que os interesses da Câmara continuam salvaguardados.-----

-----Continuam a trabalhar no sentido de procurar soluções e encontrar uma terceira entidade para o problema mas trata-se de um processo muito complexo. O modelo pensado era interessante para o município, mas agora têm um problema para resolver.-----

-----Fizeram um levantamento do “estado da arte” e já têm uma terceira entidade interessada, que ficou de dar resposta até ao fim do presente mês. Face à insolvência do segundo empreiteiro, o único caminho é um acordo entre as duas firmas e se forem pela via judicial demorará mais tempo. Não é um assunto fácil, é sensível e de difícil gestão e pensa nele todos os dias.-----

-----Não tem, há data, qualquer indicação do destino que darão a este espaço. -----

-----Não se registaram mais intervenções, tendo o Presidente da Mesa submetido à votação o ponto:-

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de

21/02 – empreitada de reabilitação de edifício para a Loja do Cidadão de Torres Vedras, distribuídos da seguinte forma : 2016 - €38.119,67+IVA e 2017 –311.019,16+ IVA.-----

-----Anota-se que se encontrava ausente Francisco João Pacheco Martins.-----

PONTO 6 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA PREVISTA NO N.º 1 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI 197/99, DE 08/06 – EMPREITADA PARA A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE SÃO PEDRO DA CADEIRA:-----

-----Presente ofício número 7555 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de agosto, a remeter o processo em título de acordo com o deliberado pelo Executivo em 23/08/2016, visando a autorização a repartição de encargos distribuídos da seguinte forma: 2017 - €1.500.000,00+IVA e 2018 – €2.400.000,00+ IVA.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade conceder autorização de repartição de encargos, distribuídos da seguinte forma: 2017 - €1.500.000,00+IVA e 2018 – €2.400.000,00+ IVA tendo presente a competência prevista no n.º 1 do art.º 22.º do decreto-lei 197/99, de 08/06 – Empreitada para a construção da Escola Básica de São Pedro da Cadeira.-----

-----Anota-se que estava ausente Francisco João Pacheco Martins.-----

PONTO 7 – TOMAR CONHECIMENTO DA MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, A CELEBRAR COM A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE:-----

-----Presente ofício número 7560, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24 de agosto a remeter para conhecimento, de acordo com o deliberado pelo Executivo em 23/08/2016, documento em título celebrado ao abrigo da delegação de competências aprovadas pela Assembleia Municipal em 25/11/2015.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por dizer que houve necessidade de alterar o regime jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, adaptando-o às diretivas comunitárias. Nesse sentido houve abertura entre o Estado e a ANMP, no sentido de que os municípios pudessem vir a ser a autoridade de transportes que se traduz numa nova delegação de competências.-----

-----Entenderam que devia ser a CimOeste a autoridade de transportes, para o qual foi elaborado este contrato interadministrativo de delegação de competências com a AMT (Autoridade da Mobilidade e dos Transportes) e através dele começarem a desenvolver os procedimentos.-----

-----Após os municípios da CimOeste terem tomado conhecimento deste contrato, irão avançar com o caderno de encargos para os concursos de concessão, vindo de uma forma integrada a norte com Leiria e a sul com a área metropolitana, de modo a que não haja mais encargos do que há agora.-----

-----Acha que vão ter pela frente um desafio muito importante e vão ter que articular com as juntas

de freguesia a nível da procura e oferta dos transportes públicos no sentido de terem uma rede mais eficaz e de prestar um melhor serviço à comunidade.-----

-----Deu nota ainda que é o responsável por esta área na CimOeste e já reuniu com o Secretário de Estado do Ambiente para ver a questão dos transportes escolares, porque tem um peso substancial nos orçamentos dos municípios.-----

-----Usou da palavra o **membro Renata Simões** para assinalar que a publicação deste novo regime jurídico bem como da Lei 52/2015 de 09.06 deu-lhes oportunidade de evoluir e crescer a nível local nesta matéria.-----

-----Salientou os princípios orientadores destes normativos bem como da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes os quais se focam no cidadão, no utente, ainda que não desprezando ou esquecendo os outros envolvidos.-----

-----Num setor de extrema importância no quotidiano dos cidadãos é fulcral que se foquem no seu bem estar mas não esquecendo que existem outros interesses que lhes permitirão crescer.-----

-----Constatou, numa análise aos diplomas, uma preocupação de descentralização destes serviços tendo em vista o alcance dos objetivos que se propõe em cumprir. A autoridade de transporte a nível local são os municípios, as Cims e as áreas metropolitanas sem prejuízo do Estado e da AMT subsidiariamente.-----

-----Tendo em consideração que é a autoridade local quem melhor conhece as falhas daquela comunidade, assistem à descentralização do poder que está espelhado na pronuncia n.º 7/AMT/2016 e na minuta de contrato em anexo à mesma, que lhes foi disponibilizado. -----

-----A seu ver estão perante um marco de uma mudança clara deste paradigma, sendo que é agora aos municípios e às Cims que compete gerir este sistema e estas necessidades com maior autonomia.-----

-----Elogiou a minuta bem como o teor explicativo dos considerandos os quais se focam na real importância da questão, nomeadamente a atribuição da gestão ao município, criando uma panóplia de oportunidades de evolução deste setor, permitindo a criação de uma estratégia de transportes pensada a nível local, tendo em consideração as características próprias das zona. -----

-----Por último elogiou o documento em apreço pela visão estratégica da Câmara Municipal ao celebrá-lo. -----

-----O **Sr. Marco Claudino** começou por dizer que nem ele conseguia elogiar tanto uma reforma do governo anterior como fez o edil e o membro Renata Simões.-----

-----Confirmou que houve um compromisso, que espera seja aprofundado por este governo, mas é importante que se diga que as delegações de competências não começam daqui a 6 meses. A minuta dá cumprimento aos normativos legais que são referenciados, e que tem que ver com aquilo que é basilar para a administração local no futuro.-----

-----É importante perceber que os seus territórios são contíguos, se as oportunidades são semelhantes, se podem remover obstáculos e tornar mais eficiente a prestação do serviço, com menores custos, então devem fazê-lo olhando para as fronteiras administrativas de forma intermunicipal. -----

-----Assim disse que não podia concordar mais com esta decisão dos 12 municípios fazerem esta delegação intermunicipal.-----

-----Também concorda com o edil relativamente aos transportes escolares, mas está previsto como algo importante, haver transporte que inclua alunos e não alunos para não haver desperdício.-----

-----Por último, e reportando-se à delegação de competências que a Assembleia Municipal deu ao edil, em 25/11/2015, acha pena estarem apenas a tomar conhecimento, de um assunto que é mais um exemplo estruturante para o Município em que a Assembleia renunciou à sua competência de autorizar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito do regime jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros, a celebrar com a Comunidade Intermunicipal do Oeste.-----

PONTO 8 - TOMAR CONHECIMENTO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE PROTEÇÃO COSTEIRA DE SANTA CRUZ SUL CELEBRADO ENTRE A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, IP E O MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve introdução do contrato em título que tem como objeto a concretização do processo de cooperação com a APA, IP para a intervenção “Proteção Costeira de Santa Cruz Sul” e diz respeito a intervenções na Praia Formosa e Praia Azul.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do contrato interadministrativo para a execução do projeto de proteção costeira de Santa Cruz Sul celebrado entre a Agência Portuguesa do Ambiente, IP e o Município de Torres Vedras.-----

PONTO 9 – AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A ONERAR O DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO CLUBE DE FUTEBOL “OS PAULENSES”, QUE INCIDE SOBRE PRÉDIO URBANO, TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA PREVISTA NA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

-----Presente ofício número 7554, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 24/08, a solicitar a autorização em título, de acordo com o deliberado pelo Executivo em 23/08/2016, que ratificou o teor da declaração proferida pelo Presidente da Câmara em 22/08/2016, para os efeitos contidos na alínea g) do n.º 1 do artigo 33º e ainda nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35º da citada Lei, de que o Município de Torres Vedras autoriza o Centro de Cultura e Desporto Clube Futebol “Os

Paulenses”, a constituir hipoteca sobre o direito de superfície que incide no prédio urbano inscrito na respetiva matriz predial urbana da União de Freguesias de Torres Vedras (São Pedro, Santa Maria e Matações) sob o artigo 6381 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com a ficha n.º 6751, o qual é constituído por campo de jogos, composto de recinto descoberto e balneários com 2 arrecadações e bar, e que foi objeto de constituição de direito de superfície a favor do citado clube, através de escritura pública lavrada no notário privativo do Município de Torres Vedras, no livro de notas 46 a fls 65v a70. Mais declarou, que a referida hipoteca no valor de € 700 000.00, se destina à requalificação da Pista de Atletismo do Paul.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que este foi o modelo encontrado para regularizar a situação, uma vez que os “Paulenses” tinham a escritura marcada para dia 23 e tendo sido confrontado com a situação no dia 22 mandou agendar na reunião do Executivo.-----

----Pedi parecer ao gabinete jurídico para dar suporte e esclarecer dúvidas, que fez chegar a cada um dos membros para que de certa forma pudessem perceber o conjunto das demarches que foram desenvolvidas desde 1994.-----

----Este processo teria tido um desfecho diferente se fosse feito atempadamente mas perante a marcação da escritura e todas as contingências envolvidas entenderam avançar uma vez que estão salvaguardados os interesses do município.-----

----O **Sr. Luís Carlos Lopes** interveio dizendo que o parecer jurídico que lhes foi disponibilizado hoje o esclareceu da dúvida que teve na reunião da comissão permanente, que era a questão de poder ser hipotecado um direito de superfície e que está ultrapassada. Antes não tinha a perceção que já tinha sido feita a escritura.-----

----Este parecer é sobre o trâmite processual, que lhes diz que o ato que o Sr. Presidente da Câmara fez na Câmara, se a Assembleia Municipal não deliberar favoravelmente, é nulo.-----

----A questão que existe não é se é correto, mas a questão do procedimento jurídico. Devia ter vindo primeiro ao Deliberativo e depois ao Executivo.-----

----Lembra que já por várias vezes têm manifestado desagrado pelo facto de a Assembleia ter cedido algumas competências de forma global à Câmara Municipal desde o início do mandato e depois podem acontecer estas situações.-----

----Sabem que a Câmara não agiu com mau intuito, mas os membros da Assembleia não são notários e deixa alerta que não iriam votar contra mas este tipo de situações devia ser evitado.-----

----O **Sr. José Augusto de Carvalho** quanto aos membros da Assembleia Municipal não serem notários e não têm o papel de formalizar aquilo que os outros decidem, já o tem dito várias vezes nas sessões, pois na verdade há uma prática, que não é exclusiva do município de Torres Vedras, de transformar as assembleias municipais em notários. Muitas vezes se interroga se o papel não está invertido e se o órgão deliberativo são eles.-----

-----Não tem dúvidas sobre a tramitação que ocorreu, e que o propósito foi colaborar, não inviabilizar, não criar obstáculos atento o interesse legítimo e um procedimento transparente.-----

-----Por último disse que a informação jurídica que lhes é disponibilizada diz algo que desconhecia, pois pensava que vinham para sanar o procedimento, mas Conservadora do Registo Predial deu por correto todo o processo e procedeu ao registo, pelo que questiona qual o sentido útil da deliberação da Assembleia neste momento.-----

-----O *Sr. Marco Claudino* questionou se estão a ratificar o ato do Presidente ou da Câmara Municipal.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que estão a ratificar o ato do Órgão Executivo e a Assembleia Municipal pode praticar este ato ao abrigo do n.º 3 do art.º 164.º do CPA, solicitando que a deliberação da Assembleia seja nesse sentido, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

-----Não se registaram mais intervenções, tendo o Sr. Presidente da Mesa submetido à votação o assunto em discussão com a alteração:-----

-----A Assembleia Municipal, para os efeitos previsto na alínea i) n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12/09 e fazendo uso da competência prevista no art.º 164.º n.º 3 do Código do Procedimento Administrativo, deliberou, por unanimidade, ratificar a deliberação da Câmara Municipal de 23.08.2016 através da qual deliberou autorizar o Centro de Cultura e Desporto Clube de Futebol “os Paulenses” a constituir hipoteca sobre o direito de superfície que incide sobre prédio urbano situado no Paúl, freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, inscrito na matriz predial respetiva sob o art.º 6381 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com n.º 6751, para construção do “Parque Desportivo do Paúl”.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. António Fortunato a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 23.55 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
